

Saúde da mulher: um estudo com universitárias lésbicas

Women's health: a study with lesbian college students

Salud de la mujer: un estudio con estudiantes universitarias lesbianas

Recebido: 13/10/2022 | Revisado: 25/10/2022 | Aceitado: 26/10/2022 | Publicado: 31/10/2022

Flávia Hermano Rodrigues dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5835-7916>

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

E-mail: hermanoflavia53@gmail.com

Bibiane Dias Miranda Parreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7369-5745>

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

E-mail: bibiane.parreira@uftm.edu.br

Raquel Pan

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1312-3889>

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

E-mail: raquel.pan@uftm.edu.br

Resumo

Objetivo: identificar questões relacionadas à saúde de lésbicas universitárias. Método: estudo quantitativo, transversal e descritivo de forma online para qualquer universitária que se declara lésbica. Com perguntas sobre vida social, acadêmica e saúde da mulher no período de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. Resultados: participaram 35 universitárias entre 19 e 34 anos, sendo que, 29 das participantes eram do curso da área da saúde. A maioria das mulheres entrevistadas, referiu não ser questionadas sobre a orientação sexual por profissional da saúde em consultas ginecológicas. No entanto, encontram algumas dificuldades em realizar o exame de colpocitologia oncótica como, desconforto, dor. Mais da metade da amostra relatou que não tem medo de expor sua orientação sexual no ambiente acadêmico. Dessa forma, oito participantes relataram já ter sofrido algum preconceito na universidade. Conclusão: o estudo identificou que as mulheres lésbicas se cuidam, tentam procurar atendimento, especializo, porém, geralmente continuam com dúvidas. Constatou-se que os profissionais de saúde não sabem como introduzir o assunto e até mesmo passar informações. No meio acadêmico, o assunto é envolvido por mitos e tabus. Todos acreditam ser um tema recorrente e normal, todavia, o preconceito ainda é observado dentro das salas de aula. Consta que os profissionais de saúde e acadêmicos em formação, não estão completamente preparados para um atendimento específico de mulheres lésbicas.

Palavras-chave: Minorias sexuais e de gênero; Saúde da mulher; Centros de saúde; Universidades; Estudantes.

Abstract

Objective: to identify health-related issues of college lesbians. Method: quantitative, cross-sectional and descriptive study, conducted online for a university student who declares herself a lesbian. With questions about social life, academic and women's health in the period from October 2021 to February 2022. Results: 35 college women between 19 and 34 years old participated, 29 of them were from the health area. Most of the women interviewed reported not being asked about sexual orientation by a health professional during gynecological consultations. However, they find some difficulties in performing the oncotic colpocytology exam, such as discomfort and pain. More than half of the sample reported that they are not afraid to expose their sexual orientation in the academic environment. In this way, eight participants reported having already suffered some prejudice at the university. Conclusion: The study identified that lesbian women take care of themselves, try to look for special care, but, in most cases, they still have doubts. It was found that health professionals do not know how to introduce the subject and even pass on information. In the academic environment, the subject is involved by myths and taboos. Everyone believes that it is a recurrent and normal theme; however, prejudice is still observed inside the classrooms. It is believed that health professionals and academics in training are not fully prepared for a specific care for lesbian women.

Keywords: Sexual and gender minorities; Women's health; Health centers; Universities; Students.

Resumen

Objetivo: identificar las cuestiones relacionadas con la seguridad de las lesbianas universitarias. Método: estudio cuantitativo, transversal y descriptivo, realizado de forma online para cualquier universitario que se declare lesbiano. Con preguntas sobre la vida social, académica y de salud de las mujeres en el período comprendido entre octubre de 2021 y febrero de 2022. Resultados: participaron 35 universitarias de entre 19 y 34 años, siendo 29 las participantes del curso del área de la salud. La mayoría de las mujeres entrevistadas afirmaron no haber sido preguntadas sobre su

orientación sexual por un profesional sanitario en las consultas ginecológicas. Sin embargo, encuentran algunas dificultades para realizar el examen de colpocitología oncológica, como la incomodidad y el dolor. Más de la mitad de la muestra declaró que no tiene miedo de exponer su orientación sexual en el entorno académico. De esta forma, algunos participantes cuentan que ya han sufrido algún prejuicio en la universidad. Conclusión: el estudio identificó que las mujeres lesbianas se cuidan, intentan buscar cuidados especiales, sin embargo, en la mayoría de los casos siguen con dudas. Se constata que los profesionales de la salud no saben cómo introducir el tema y además pasar información. En el ámbito académico, el tema está envuelto por mitos y tabúes. Todos creen que es un tema recurrente y normal, sin embargo, los prejuicios se siguen observando dentro de las aulas. Se cree que los profesionales de la salud y los académicos en formación no están completamente preparados para una atención específica de las mujeres lesbianas.

Palabras clave: Minorías sexuales y de género; La salud de la mujer; Centros de salud; Universidades; Estudiantes.

1. Introdução

Na espécie humana, a representação biológica é definida em machos e fêmeas. Na sociedade, para determinar feminino e masculino, faz-se a classificação por meio dos órgãos sexuais. Dessa forma, a preocupação quase incontrolável de classificar e/ou identificar as pessoas, vem dos discursos biológicos com referências primárias na definição dos corpos, o que se dá por meio de conhecimentos científicos e disciplinas de anatomia, fisiologia, evolução, taxonomia e processos investigativos que sustentam esse anseio de agrupar, organizar e nomear os seres de acordo com características semelhantes (Souza et al., 2021).

Dessa forma, na sociedade atual, observamos as diversidades sexuais que se envolvem nos aspectos de sexo e identidade de gênero relacionados como, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) (Oliveira et al., 2018). Nesse âmbito, é importante destacar que o Movimento de lésbicas feministas no Brasil, começou em 1979, quando as mulheres lésbicas retratavam os casos de violência e discriminação que sofriam e nada era feito. Por falta de políticas públicas e legislações que atendessem a população LGBTT (Farias et al., 2018).

Com isso, no Brasil, o marco principal para a mudança desse cenário, foi a inclusão dos grupos nas políticas públicas de saúde, que ocorreu no ano de 2011, através da Portaria nº 2.836, a Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Negreiros et al., 2019).

Dessa maneira, ao destacar 16ª Conferência Nacional de Saúde, em 2019, a última ocorrida, foi debatido sobre a Portaria nº 2.836, que ainda não é muito eficaz. E colocaram em pauta o uso da sigla LGBTI+, como padrão para identificar o segmento em todos os documentos futuros, buscando assim dar visibilidade às pessoas intersexo e incluir toda a diversidade de gênero (Brasil, 2019).

No aspecto da assistência à saúde das mulheres lésbicas, observa-se por parte dos profissionais uma carência educacional, envolvendo discriminação e preconceito com mulheres homossexuais (Felix et al., 2022). E vale ressaltar que um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral LGBTI+, é promover o respeito em todos os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2013).

As políticas públicas de saúde mostram que os grupos LGBTI+, são uma parte da população que merece atenção de modo a reduzir as discriminações e os preconceitos (Loria et al., 2019). Ao analisar as mulheres lésbicas, observamos limitações pelo acesso aos serviços de saúde que envolve a aceitação da sexualidade feminina nos espaços de atendimento à saúde e o preconceito por parte dos profissionais (Paulino et al., 2019).

A noção de diversidade no contexto universitário e bem abrangente por ser, um retrato do que a sociedade apresenta em um mesmo local. Dessa forma, foi possível observar em estudo, que existe a formação de grupos de lésbicas como, uma maneira de acolhida para discutir sobre as vivências no ambiente acadêmico para facilita a convivência, mas, não quer dizer que seja fácil o cotidiano (Sant' Anna & Guimarães, 2019).

Dessa forma, ressalta-se a importância desse estudo, em analisar a saúde das mulheres lésbicas e a vivência delas no meio universitário. É fundamental, que os profissionais de saúde revejam as formas de abordarem essas mulheres nas suas

consultas, utilizando a ferramenta do diálogo nas suas práticas profissionais (Torres & Pedrosa, 2020). E dentro das universidades, ter uma maior discussão e inclusão dessa temática no dia a dia acadêmico.

Evidencia-se que pesquisas com mulheres lésbicas universitárias quase não são realizadas. Dificultando a visibilidade do assunto e entendimento da realidade vivenciada por elas, por parte dos profissionais de saúde e da população.

Assim, para que as mulheres lésbicas se sintam à vontade para assumir sua orientação sexual em qualquer lugar, é necessário a discussão dessa temática dentro das instituições de ensino, dentro dos estabelecimentos de saúde e na sociedade.

Sendo assim, os objetivos da pesquisa foram: identificar os cuidados com a saúde da mulher, identificar os fatores relacionados à exposição da orientação sexual no meio acadêmico e nos serviços de saúde entre as universitárias lésbicas.

2. Metodologia

Estudo quantitativo, transversal e descritivo. Realizado de forma online para qualquer universitária que se declarava lésbica. Participaram do estudo 35 acadêmicas que se definiram como lésbicas. A coleta dos dados ocorreu no período de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. Os critérios de inclusão para participar da pesquisa foram: ser lésbica, ter 18 anos ou mais e estar matriculada em algum curso superior. E como critério de exclusão inclui, universitárias menores de 18 anos e não se declaravam lésbicas.

Dessa forma, para realizar a estudo foi elaborado pelas pesquisadoras um questionário estruturado baseado na literatura e nas experiências prévias com perguntas referentes a vida social, sexual, afetiva e ginecológica. O instrumento de coleta de dados continha perguntas referentes às condições sociodemográficas, comportamentais, ginecológicas e obstétricas, cuidados com a saúde da mulher, local de prestação de serviço de saúde e orientação sexual no meio acadêmico.

As participantes foram convidadas por meio das redes sociais com a disponibilização de um *link* que direcionava para o instrumento no *Google formulário*, que só poderia ser preenchido após fornecido do consentimento para participar. Assim, para prosseguir e aceitar a pesquisa a participante só precisava escolher a opção de sim e ser direcionada para as perguntas.

Os dados foram digitados em uma planilha no programa *Microsoft Excel* e utilizadas as ferramentas do programa para o cálculo da média, mínimo e máximo das respostas. Assim, os valores foram apresentados por estatística descritiva, incluindo número absoluto e porcentagem.

O estudo teve a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e obedeceu às diretrizes e normas regulamentares de pesquisa envolvendo seres humanos, resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Número do CAAE 40203920.0.0000.5154 e número do parecer: 5.039.288.

3. Resultados

Participaram do estudo 35 acadêmicas. A média da idade das participantes foi de 23,11 anos, com idades variando entre 19 a 34 anos. Em relação aos cursos teve uma prevalência das ciências da saúde com 29 (82,9%) participantes.

Em relação ao estado conjugal, duas (5,7) vivem com a parceira/namorada; 24 (68,6%) tem uma parceira/namorada, mas não vivem juntas; nove (25,7%) não tem parceira/namorada.

No que tange a vida sexual, 16 (45,7%) relatou ter feito sexo com mulher e com homem; 16 (45,7%) relataram ter feito sexo apenas com mulher e nunca com homem; três (8,6%) fazem sexo com ambos.

Tendo em vista a sexualidade afetiva, 23 (65,7%) afirmaram sentirem apenas por mulheres e 12 (34,3%) por homens e mulheres.

No que se refere a frequência de ir ao ginecologista, 24 (68,6%) afirmaram ir uma vez ao ano; quatro (11,4%) duas vezes ao ano; duas (5,7%) a cada dois anos; quatro (11,4%) somente quando estão com problemas de saúde e uma (2,9%)

nunca foi ao ginecologista. Nesse contexto, foi questionado se durante a consulta algum profissional da saúde perguntou sua orientação sexual. Entre as respostas, 14 (40%) afirmaram que sim e 20 (57,1%) afirmaram que não. Ressalta-se que uma (2,9%) participante nunca foi em consulta ginecológica.

Quando questionado se durante a consulta ginecológica as participantes se sentiram à vontade para revelar a sua orientação sexual, 19 (54,3%) afirmaram que sim; 11 (31,4%) afirmaram que não; quatro (11,4%) afirmaram não revelar a orientação sexual em consulta.

Com relação ao uso de métodos contraceptivos, 27 (77,1%) alegaram não usar e oito (22,9%) declararam usar. Sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), 31 (88,6%) afirmaram que nunca tiveram e quatro (11,4%) declararam que já tiveram e realizaram o tratamento.

Considerando a realização do exame de colpocitologia oncótica (Papanicolau), 27 (77,1%) afirmaram ter realizado; sete (20%) nunca realizaram. Com relação à frequência de realização do exame, 19 (54,3%) fazem anualmente; uma (2,9%) mais de uma vez ao ano; duas (5,7%) a cada dois anos; seis (17,1%) fizeram apenas uma vez na vida e sete (20%) nunca realizaram.

Nesse contexto, questionando sobre as dificuldades de realizar o exame de Papanicolau, oito (24,2%) responderam que não tiveram dificuldade para fazer o exame; uma (3%) apresentou dor; nove (27,3%) desconforto; seis (18,2%) vergonha; uma (3%) insegurança; duas (6,1%) relataram não encontrarem lugar para realizar e uma (3%) alegou outro motivo não especificado.

No que tange a realizam da palpação das mamas (autopalpação), 27 (77,1%) afirmaram que realizam e oito (22,9%) negaram. Sobre a realização do exame de mamografia, 18 (51,4%) mencionaram não terem realizado; seis (17,1%) alegaram já terem feito e 11 (31,4%) informaram não se aplicar (provavelmente não possuíam idade para a realização do exame e nem justificativa para tal procedimento).

Ao questionar se as mulheres sentem medo de expor a sua orientação sexual no meio acadêmico, 24 (68,6%) alegaram que não e 11 (31,4%) sim. Sobre quais medos sentem em expor a orientação sexual no meio universitário, 23 (67,6%) declararam não ter medo; sete (20,6%) possuem outro tipo de medo; duas (5,9%) tem medo de perder as amizades e duas (5,9%) tem medo de serem chantageadas. Com este contexto, 27 participantes (77,1%) afirmaram não ter sofrido preconceito dentro da universidade e oito (22,9%) relataram já ter sofrido.

4. Discussão

O presente estudo evidenciou diversas questões e pontuou dados importantes para o estabelecimento de políticas públicas e práticas profissionais na área da saúde e no meio acadêmico, sobre essa temática.

Vale destacar que a população LGBTQIA+ (Romeiro & Antos, 2020), luta constantemente para garantia de direitos, respeito e representação na sociedade. A letra L da sigla representa as lésbicas, mulheres cisgêneras e transgêneras que se relacionam com mulheres cisgenêras e/ou transgêneras de forma afetiva e sexualmente. No entanto, podemos observar que na sociedade atual, ainda, não é muito bem aceito o relacionamento entre mulheres pelo fato da representação patriarcal, religiosa e cultural. Além de ser classificado por algumas pessoas como, inadequado.

Nesse contexto, é importante discutir que na sociedade atual existem entidades, grupos que buscam a conversão religiosa de LGBTQIA+. Em uma pesquisa de saúde e bem-estar social com jovens australianos LGBTQIA+, sobre suas experiências de sexualidade, mudança de gênero ou práticas de supressão. Apresentou como resultados, aqueles que participaram de conversões exibiram altas taxas de tabagismo, uso de droga e sofrimento em relação à saúde mental (Jones et al., 2021). De acordo, com o resultado exposto, podemos chegar à conclusão, que grupos de conversão devem ser proibidos, pois, não agregam em nada para a população LGBTQIA+.

Os relacionamentos de lésbicas em pouco tempo são configurados em morarem juntas ou casarem. Isso é, pelo fato do preconceito que recebem, além da negação da família e de pessoas próximas. No relato de uma pesquisa qualitativa, uma participante retrata que é complicado ter um momento para ficar como um casal. Assim, deu exemplo, da vivência na casa dos pais. Conforme o relato da entrevistada, a mãe não gostava que a namorada dormisse na casa deles. No início, a participante relatou que pensou em terminar o relacionamento, mas, por fim, decidiram morar juntas para ter o seu próprio espaço (Silva & Menandro, 2021).

Esses relatos acontecem com frequência e podemos ressaltar que no estudo, duas participantes moravam juntas, mesmo ainda sendo universitárias. O que pode ser considerado um período complicado para manutenção de uma casa e o controle da renda, considerando que os cursos são em maioria em tempo integral e tomam bastante tempo do dia, atrapalhando para conseguir um trabalho além, dos casos que precisam pagar à faculdade.

Em relação ao cuidado de ir ao ginecologista, o estudo mostrou certa adesão às consultas ginecológicas e a realização do exame de colpocitologia. No entanto, a pouca divulgação de informações sobre a realização de consultas e exames ginecológicos levando a conhecimentos errôneos sobre essa importante questão relacionada à saúde das mulheres lésbicas (Dal Santos & Zambenedetti, 2021). Isso, se justifica pelo fato, delas apresentarem menor número de IST's, quando comparado com mulheres heterossexuais. O que cria o mito entre as próprias mulheres lésbicas e até mesmo entre os profissionais da saúde que nesse grupo não ocorre a contaminação e com isso, torna-se desnecessária ou esporádica a ida ao ginecologista e a realização de exames preventivos (Silveira & Cerqueira-Santos, 2021).

Com relação à vida sexual, quase metade das participantes, afirmou que teve relação com ambos os sexos, enquanto a outra metade relatou ter tido relação apenas com mulheres. E em relação à sexualidade afetiva, a maioria afirmou ter apenas por mulheres. Nessa mesma perspectiva, quando analisado sobre o uso de métodos contraceptivos e IST's, a maioria relatou que não usa métodos contraceptivos e não teve IST's.

Desse modo, um estudo do tipo qualitativo, apresentou como resultado que as mulheres lésbicas não realizam o exame preventivo, pelo fato, de ser desconfortável, e que as atitudes dos profissionais da saúde que realizam o exame de Papanicolau, sejam feitos de modo ofensivo. Na narrativa de uma das participantes, ela contou que foi tão dolorido, que ela sentiu sofrer um estupro. Além disso, expôs que suas amigas também não fazem o exame por esse motivo. Outro fato, que também foi apresentado no artigo, é em questão a virgindade, descrito pelas participantes que em consultas médicas elas escutam a seguinte frase: a mulher só deixa de ser virgem depois do rompimento do hímen. Assim, configura que só acontece após ser penetrada na relação sexual com um homem. O que leva o entendimento impreciso de que mulheres lésbicas, não realizam a coleta do material para exame preventivo porque, só tem relação sexual com mulheres (Ketzer et al., 2022).

Desse modo, de acordo com pesquisa, foi verificado que mulheres em relacionamentos com comportamento sexual estritamente lésbico, utilizam menos métodos de barreira no sexo e vão menos ao ginecologista, comparado com mulheres com comportamento bissexual. Assim, como já foi mencionado anteriormente, mulheres lésbicas quando vão ao ginecologista recebem menos orientações sobre suas dúvidas sexuais IST's (Silveira & Cerqueira-Santos, 2021).

Quanto ao questionamento sobre a orientação sexual, em revelar ou ser questionada por parte de um profissional da saúde, a maioria não foi indagada. No entanto, consoante ao estudo, a maioria das participantes relatou sentir-se à vontade em revelar a orientação sexual se fossem questionadas.

Em um esboço realizado para saber como é a vivência de mulheres lésbicas e bissexuais nos atendimentos ginecológicos, teve como conclusão ser um momento de constrangimento e desconforto. Esta premissa foi obtida pelo fato das mulheres revelarem sua orientação sexual e o médico, principalmente, clínico geral não saber como conduzir a consulta e no final do atendimento acabar em uma distorção e confusão de informações (Rodrigues & Falcão, 2020).

Os relatos sobre experiências ruins em consultórios ginecológicos são quase uma unanimidade entre as lésbicas. No entanto, elas continuam indo às consultas, mentindo nos atendimentos ou não retornando quando algo desagradável acontece, como sentir muita dor, desconforto (Fernandes et al., 2018).

Com isso, podemos concluir que a falha nos atendimentos e na divulgação de cuidados específicos para a saúde da mulher lésbica. Gerando dúvidas no atendimento, por parte dos profissionais de saúde com baixa qualidade na assistência. E como, consequência, pouca adesão e procura aos serviços de saúde por parte dessas mulheres.

Entende-se que muitas mulheres lésbicas não são questionadas sobre sua orientação sexual por parte dos profissionais de saúde (Crispim et al., 2018). O que foi evidenciado neste estudo, ao questionar se durante o atendimento algum profissional de saúde perguntou a sua orientação sexual, metade da amostra afirmou que não.

Pode-se observar, que existe uma falta de preparo dos profissionais da saúde para abordarem estas mulheres. Na formação acadêmica os temas sobre sexualidade são pouco discutidos e na maioria das vezes apenas falado sobre tabus e mitos. E o importante, que é a maneira de prestar o atendimento, acaba sendo excluído (Nietsche et al., 2022).

Com base nas respostas do estudo, menciona-se que é preciso aprofundar acerca da temática e buscar recursos teóricos e práticos. Trabalhar durante a formação acadêmica e na capacitação de profissionais de saúde, para uma atenção mais aberta e sensível para a diversidade sexual, romper paradigmas do modelo hegemônico que enquadra todas as mulheres como heterossexuais e preocupadas somente com as questões reprodutivas. Entender e respeitar as individualidades relacionadas à sua história sexual e traçar uma assistência específica e humanizada.

No que tange o tema meio acadêmico, a maioria referiu sentir-se bem, porém, sentem medo de expor sua orientação sexual em alguns momentos devido ao preconceito. O medo e a insegurança de revelar sua orientação sexual sem saber como será a reação da sociedade é um dificultador para se impor (Silva & Menandro, 2021; Silva et al., 2019).

O fato pode ser evidenciado, em um estudo feito nas universidades em Porto Alegre - RS e região metropolitana (Aua & Martins, 2020). Os autores reuniram relatos das participantes sobre uma heterossexualidade compulsória, tanto por parte dos acadêmicos como dos professores. Segundo a fala de uma estudante da pesquisa no início do curso, ela sofreu muitos assédios por parte dos garotos. Um dos comentários, era a provocação em forçar a jovem a ficar com meninos. Assim, para continuar na universidade a melhor estratégia foi não se expor. Dessa maneira, conseguiria participar de atividades de forma democrática e ter o reconhecimento da sua identidade como mulher e não como uma mulher lésbica.

No presente estudo, a maioria referiu que se sente à vontade para revelar sua orientação sexual no ambiente acadêmico. Desta forma, surge o questionamento se o assunto é discutido nas universidades ou apenas colocado em pauta e silenciado. Este questionamento se deve ao fato da literatura (Francisco, 2021), apontar que mulheres lésbicas sofrem com comentários homofóbicos e que na vivência diária isso é uma realidade.

Contudo, entendemos que a discussão dessa temática é fundamental dentro das universidades e nos serviços de saúde. Apesar de ser um tema tão atual e falado na mídia e redes sociais, ele ainda é calado dentro de instituições de ensino e de saúde. Evidencia-se, portanto, a necessidade de rever e transformar as práticas tradicionais de assistência e de formação acadêmica sobre a temática – saúde das mulheres lésbicas.

A limitação do estudo: número pequeno de participantes. No entanto, por se tratar de um trabalho realizado apenas com lésbicas universitárias, não foi possível prever o número de participantes.

5. Conclusão

Os contextos em relação à saúde de mulheres lésbicas universitárias, foram evidenciados nesse estudo, para análise de como é o comportamento dessas mulheres nas unidades de saúde e também como é a convivência no ambiente acadêmico.

Diante dos resultados, destacou-se que as universitárias se preocupam com a saúde, procuram atendimento ginecológico, porém, na maioria das vezes não revelam sua sexualidade pelo fato de não serem questionadas.

Dessa forma, quando analisamos este cenário, podemos perceber a importância dos profissionais de saúde, com destaque ao enfermeiro, em atender, acolher e passar informações adequadas para este público. Ressalta-se, que este profissional tem um importante papel em ações como, a consulta ginecológica de enfermagem, realização do exame de colpocitologia oncológica e nas atividades de educação em saúde realizadas nas unidades básicas. Com isso, cabe ao enfermeiro das unidades básicas de saúde se capacitar para realizar treinamentos com a sua equipe e assim, proporcionar para as mulheres lésbicas uma prestação de serviço adequada.

Partindo do pressuposto, que as mulheres entrevistadas se sentem à vontade em revelar sua orientação sexual, mas, não são questionadas. É importante rever quais princípios a enfermagem deve adotar com este público. Desse modo, é preciso empenho na educação em saúde e educação permanente nos estabelecimentos de saúde. Com discussões sobre a temática, pois, quanto mais conhecimentos, melhor o preparo para realizar o atendimento.

Evidencia-se, a importância da discussão dentro das universidades sobre temas envolvendo sexualidade, preconceito e discriminação. Essas discussões devem ser feitas por rodas de conversas, promovendo o diálogo entre as pessoas e troca de conhecimentos. Visto que, esse deveria ser um local onde o foco é a educação, a aprendizagem e a boa convivência diária entre grupos. Diante disso, formar futuros profissionais das diversas áreas, que deverão ter empatia, profissionalismo, educação no ambiente de trabalho e na convivência em sociedade.

Agradecimentos

A Deus, por me proporcionar sabedoria, conhecimento e força. Em especial as mulheres que aceitaram participar desta pesquisa e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da construção do estudo, gratidão.

Referências

- Auad, D., & Martins, L.B. (2020). Lésbicas e Ensino superior: entre o silêncio e a fala. *Revista Educação e Linguagens*, 9 (17), 26-52. <https://doi.org/10.33871/22386084.2020.9.17.26-51>.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2019). 16ª Conferência: movimentos LGBTI+ unificam posicionamentos e reafirmam a defesa do SUS. Conselho Nacional de Saúde. [http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/764-16-conferencia-movimentos-lgbti-unificam-posicionamentos-e-reafirmam-a-defesa-do-sus#:~:text=Durante%20os%20quatro%20dias%20da,Sistema%20C3%9Anico%20de%20Sa%20%20C3%BAde%20\(SUS\)](http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/764-16-conferencia-movimentos-lgbti-unificam-posicionamentos-e-reafirmam-a-defesa-do-sus#:~:text=Durante%20os%20quatro%20dias%20da,Sistema%20C3%9Anico%20de%20Sa%20%20C3%BAde%20(SUS)).
- Brasil. Ministério da Saúde. (2013). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais. Ministério da Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
- Crispim, J.E. B., Barreto, E. F., Nogueira, W. B. de A. G., & Almeida, S. A. de. (2018). Assistência de enfermagem à mulher lésbica e bissexual na atenção básica: protocolo de atendimento. *Revista De Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 10 (Especial), 34-39. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10iEspecial.34-39>.
- Dal Santo, A., & Zambenedetti, G. (2021). Prevenção às ISTs/HIV entre mulheres lésbicas e bissexuais: uma revisão bibliográfica (2013-2017). *PSI UNISC*, 5(1), 111-126. [10.17058/psiunisc.v5i1.14846](https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.14846).
- Farias, G. M., Lima, V. L. de A., Silva, A. F. da., Chaves, A.C. S. de V., Gomes, V. R., Silva, A. V. da., & Paixão, V. A. P. (2018). Os cuidados do enfermeiro às lésbicas. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 12(10), 2825-2835. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i10a236414p2825-2835-2018>
- Felix, J. L. P.; Araújo, B. R. O. de; Oliveira, M. M. de; França, A. M. B. de. (2022). Assistência à saúde da mulher lésbica: formação profissional e impactos em todas as fases da vida. *Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - Alagoas*, 7 (2), 20-34. <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/9385>.
- Fernandes, M., Soler, L. D., & Leite, M. C. B. P. (2018). Saúde das mulheres lésbicas e atenção à saúde: nem integralidade, nem equidade diante das invisibilidades. *BIS. Boletim Do Instituto De Saúde*, 19(2), 37-46. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1016485>.
- Francisco, W. V. (2021). O 'coming out' compulsório de atletas olímpicas lésbicas. *Enfoques*, 18 (2), 247-261. <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/31695/24094>.
- Jones, T., Power, J., Hill, A. O., Despott, N., Carman, M., Jones, T. W., Anderson, J., & Bourne, A. (2021). Religious Conversion Practices and LGBTQA+ Youth. *Sexuality Research and Social Policy*, 19, 1155-1164. <https://doi.org/10.1007/s13178-021-00615-5>.

- Ketzer, N., Vieira, L. B., Schneck, A. C., Maffaccioli, R., Strada, J., Patuzzi, G. & Nora, C. D. (2022). Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas. *Revista Baiana De Enfermagem*36, . <https://doi.org/10.18471/rbe.v36.45637>.
- Loria, G. B., Canesin, G. M. F., Silva, G. M., Amorim, G. H. de O., Melo, J. M. de, Santos, L. R., Rosa, L. F. D. da, Santiago, C. R. S. de., Mattos, D. da S., Pedrosa, M. L., & Leal, E. M. (2019). Saúde da população LGBTQ+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental em uma universidade pública. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, 14 (41), 1807. [https://doi.org/10.5712/rbmf14\(41\)1807](https://doi.org/10.5712/rbmf14(41)1807).
- Negreiros, F. R. N. de., Ferreira, B. de O., Freitas, D. de N., Pedrosa, J. I. dos S., & Nascimento, E. F. do. (2019). Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista brasileira de educação médica*, 43(1), 23 – 31. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>.
- Nietsche, E. A., Tassinari, T. T., Ramos, T. K., Salbego, C., Cogo, S. B., Antunes, A. P., & Ilha, A. G. (2022). Cuidado às mulheres lésbicas e bissexuais na formação em enfermagem: percepção de discentes. *Educação em Revista*, 38. <https://doi.org/10.1590/0102-469826442>.
- Oliveira, G. S., Nogueira, J. A., Costa, G. P. O., Medeiros, R.L.S.F.M., Oliveira, T., & Almeida, S. A. (2018). Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 12 (10), 2598-2609. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i10a237014p2598-2609-2018>.
- Paulino, B., Rasesa, E. F., & Teixeira, F. do B. (2019). Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface comunicação, saúde, educação*, 23. <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>.
- Rodrigues, J. L., & Falcão, M. T. C. (2021). Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais: (in)visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde. *Saúde Soc.*, 30 (1). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181062>.
- Romeiro, N. L., & Santos, B. A. dos. (2020). Bibliografia Lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 25 (Especial), 01-22. 10.5007/1518-2924.2020.e73458.
- Sant' Anna, C. L., Guimarães, C. F. (2019). Experiências sobre a (in)visibilidade lésbica no ambiente universitário. *Saúde em Redes*, 5 (1), 9-23. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1104149>.
- Silva, B. L. da., Melo, D. S. de. & Mello, R. (2019). A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 27. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942>.
- Silva, G. B.da., & Menandro, M. C. S.(2021). Sobre o amor entre mulheres: apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(2),1-23. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16784>.
- Silveira, A. P., & Cerqueira-Santos, E. (2022). Fatores Associados à Prevenção Sexual e Reprodutiva de Mulheres Lésbicas. *Revista Subjetividades*, 21 (3). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i3.e11404>
- Souza, E. de J., Dornelles, P. G., Meyer, D. E. E. (2021). Corpos que desassossegam o currículo de biologia: (des)classificações acerca de sexualidade e gênero. *Revista e-Curriculum*, 19 (1), 278-300. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i1p278-300>
- Torres, M. A., & Pedrosa, A. (2020). O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior. *Linhas Críticas*, 26. <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32636>